

transp. Desta forma, coloco à disposição de V. Exa., governador do Estado do Rio de Janeiro, este honroso cargo que ocupei por este período.

Deste já, agradeço a V. Exa. a confiança, consignando que permanecerei no exercício do mandato de Conselheiro da Agetransp a mim delegado por esta egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ratificando os meus votos de compromisso com a coisa pública na esfera da autonomia e independência dos entes reguladores.”

(Interrompe leitura)

É uma carta de renúncia à Presidência da agência da lavra do Conselheiro Presidente Murilo Leal.

Eu tendo lido aqui tornado público o teor até porque faz parte de um SEI, eu passo aqui às mãos do relator para que integre o rol de documentos desta CPI.

Faço saudar aqui o Conselheiro Delegado Fernando Moraes, aqui presente conosco; saudar também o Vereador da Cidade do Rio de Janeiro, Rogério Amorim, acompanhando aqui os trabalhos.

Eu faço aqui uma breve consideração para os colegas, Deputados membros da CPI. Todos acompanharam e foi pública - como têm sido todas as sessões desta CPI. É importante dizer que na primeira reunião, Deputado Librelon, nós ouvimos a Presidente da concessionária de gás que fez - o que é natural - algumas considerações referentes ao processo regulatório. E aí, por óbvio, se fazia necessária a oitiva da agência. Foi uma deliberação nossa por unanimidade que nós interrompêsemos o trabalho das oitivas das demais concessionárias - inclusive a continuidade das oitivas relacionadas à concessionária de gás - para que pudéssemos fazer uma reunião de forma imediata sobre a questão das agências. Foi uma reunião que nos enriqueceu muito. Contribuiu muito - para que nós pudéssemos entender a quantas andam efetivamente os processos regulatórios tanto da Agenersa quanto da Agetransp.

Da Agetransp, embora não fosse objeto nesse primeiro momento do nosso cronograma da CPI, fez-se necessária, porque - como disse anteriormente - esta Casa passou a receber maior demanda nos seus canais de comunicação oficial de usuários dos serviços. Os números são impressionantes: a cada três vezes que recebemos alguma denúncia referente ao serviço de gás, ou de energia, ou de água nós recebemos em média três vezes mais denúncias referentes ao transporte. E há uma perspectiva que vai ser deliberada entre os colegas aqui membros da comissão para que nós possamos, inclusive antecipar as oitivas referentes ao serviço de transporte. Fazia-se necessário que nós ouvíssemos aqui a Agetransp.

Ató contínuo, nós recebemos também e lemos aqui algumas matérias na Imprensa que falavam mais especificamente no que diz respeito à gestão da agência. E aqui, nós tivemos, embora em um tempo exíguo, porque o assunto anterior tomou a maior parte da audiência, nós tivemos aqui a constatação de algumas questões que nos preocupam relacionadas à gestão da Agetransp, mormente no que diz respeito à incapacidade de dar conta dos processos que estão tramitando hoje, o que nos assustou muito. Inclusive, uma pergunta que foi feita ao presidente, se nós paralisássemos hoje a entrada desses processos, em quanto tempo as câmaras técnicas da agência e o conselho poderiam dar conta de dar uma resposta efetiva não só às concessionárias, mas, sobretudo, ao usuário. E o prazo foi um prazo longo.

Aliado a isso, tivemos aqui alguns números que foram preocupantes também para nós, enquanto poder fiscalizador, enquanto Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que vota, aprova o nome dos conselheiros e os leva aos seus respectivos mandatos, que são as questões ali relativas à gestão propriamente dita, como o quantitativo de pessoas da ouvidoria. Relatei aqui um caso que presenciei e trouxe a esta comissão, o vídeo também integra nosso rol de documentos aqui da comissão.

Fica, mais uma vez, registrado, não se trata de algo absolutamente pessoal; ao contrário, respeito a trajetória da vida pública do presidente, sua posição como conselheiro eleito por esta Casa, o respeito desta Casa por seu trabalho. Mas, em que pese a dureza da última assentada, faço aqui meu registro de cumprimentos ao conselheiro Murilo pela integridade, pela decência, pela humildade em se desprover de qualquer tipo de vaidade e, em prol de uma oxigenação da autarquia especial, em prol da democracia, de forma muito clara, muito transparente, muito republicana, apresentar essa carta de renúncia, não do seu mandato de conselheiro, mas ao seu mandato de presidente. Tenho a mais absoluta convicção que, como cidadão do Rio de Janeiro, vai ser importante para a autarquia, vai oxigenar a autarquia, vai permitir a assunção de um novo conselheiro presidente com mais energia, com novas ideias, sem perder a sua trajetória, a sua experiência à frente do órgão.

De fato, apresentou, em que pesem problemas, equívocos na gestão, apontados inclusive por esta CPI, apresenta também bons feitos, sobretudo no que diz respeito ao orçamento, ao caixa da agência e às boas práticas em relação ao Regime de Recuperação Fiscal, que deve ser um exemplo a ser seguido pelos demais órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Fica aqui o meu cumprimento ao presidente. tenho certeza de que será a palavra dos deputados aqui presentes.

Faço um encaminhamento. A gente sabe que, revelamos, inclusive, na última assentada, que a presidência da autarquia é designada pelo governador do estado como tem que ser; inclusive, a eleição dos membros, o que determina a legislação é que o chefe do Poder Executivo encaminhe para esta Casa os nomes que pretende levar às agências e esta Casa faz todo o processo necessário, não só de fazer o escrutínio, de fazer as indagações no âmbito da comissão, a sabatina, como, por consequência, levar ao Plenário soberano da Assembleia, que aprova o nome. Portanto, são eleitos, cumprem o mandato. Automaticamente, aprovados pelo Poder Legislativo, são nomeados pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, portanto, respeitando a máxima decisão e posição do nosso governador do estado.

É importante, já que considero que tenha sido, Deputado Tande, um resultado já desta CPI. Essa carta, que é meritória por parte do presidente, em um gesto de autocrítica, em um gesto de transparência, de democracia, apresentar sua renúncia à presidência, mas, considero que, da mesma forma com que esse resultado é o fruto dos trabalhos desta CPI, faço o encaminhamento, ainda que pró-forma, que nós possamos realizar, talvez de forma inédita nas histórias das agências do Estado do Rio de Janeiro, uma eleição que não tem o condão de determinar quem será o presidente. Mas, um indicativo ao Governo Estadual da disposição da agência em agir democraticamente, em comunhão com o Parlamento Fluminense.

Então, se V.Exas. assim compreenderem, faço o encaminhamento para deliberação, que a gente possa fazer um exercício democrático e, propiciar, já que estamos com a presença do colegiado aqui, um exercício de democracia, para que possamos estabelecer um nome, fruto do trabalho desta CPI, fruto do desejo da própria agência, e encaminhar como resultado ao senhor relator, Deputado Danniell Librelon. Como resultado, na ata desta audiência, ao governador do estado, narrando o que aconteceu e fazendo uma indicação que, efetivamente, traduza a vontade não só do povo do Rio de Janeiro - porque aqui estamos representando o povo do Rio de Janeiro -, mas sobretudo pelos próprios conselheiros que têm o poder de auto crítica e deliberação.

Então, faço o encaminhamento para que ainda que de pró-forma seja feita aqui uma eleição na CPI. É um bom exemplo a ser seguido e tenho a mais absoluta convicção de que já será encarado pela sociedade, por parte da imprensa, como um bom gesto dessa CPI na aferição dos resultados esperados de bons serviços públicos delegados no Estado do Rio de Janeiro.

Se V. Exas. assim compreenderem, a gente pode aproveitar aqui de forma mais clara, transparente e democrática, com os conselheiros aqui presentes possa-se estabelecer esse exercício democrático. (Pausa)

Então, como vota o Deputado Brasília para que seja realizado esse exercício democrático aqui no âmbito da nossa sessão da CPI?

O SR. BRAZÃO - Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Val.

O SR. VAL CEASA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Guilherme Delaroli.

O SR. GUILHERME DELAROLI - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Danniell Librelon.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Tande Vieira.

O SR. TANDE VIEIRA - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, não me oponho a esse exercício. Mas eu, como bom aluno de V. Exa. que é profundo conhecedor do Direito, me causa só um pouquinho de desconforto fazer uma eleição que não tivesse sido avisada antes entre os próprios participantes. Acho que valeria a pena também escutar os conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Perfeito, claro, serão ouvidos.

O SR. TANDE VIEIRA - Se eles não estão desconfortáveis para fazer um exercício desse de forma pública sem terem conversado antes, sem terem dito quem que tem vontade de ser presidente. Isso até pode causar algum problema legal no futuro, enfim. Só para fazer essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Boa observação, Deputado Tande. Lembrando que a nomeação de conselheiro e de presidente de agência é ato exclusivo do governador do Estado.

O SR. TANDE VIEIRA - Pelo artigo sétimo da Lei 405.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Exatamente. Exatamente. Na verdade, esse exercício democrático mostra primeiro a transparência não só do colegiado da agência, mas sobretudo da própria CPI.

O que eu quero afastar aqui, aproveitando a presença da imprensa, é que houve qualquer tentativa de nossa parte, porque já ouvi algumas pessoas no corredor dizendo isso, que o exercício que fizemos, trazendo as agências para o debate, foi uma tentativa de derrubar o presidente da Agenersa ou derrubar o presidente da Agetransp. Essa narrativa eu refuto com veemência e tenho a mais absoluta convicção de que falo por todos os Deputados desse colegiado.

Então, através desse exercício, fica claro que não foi objeto nosso chegar a esse desfecho. Muito pelo contrário, eu louvo esse desfecho, mas não foi da nossa parte nenhum intuito nesse sentido. Nós ressaltamos bons feitos na agência. Agora, evidenciamos mostra aqui, inclusive objeto da autocrítica e aqui parabenizar mais uma vez o conselheiro, nosso delegado Vereador Fernando Moraes, que teve a capacidade de cortar na própria carne e fazer também críticas à gestão da Agetransp. E tenho convicção de que também que reconhece os êxitos alcançados.

Então, essa proposição, longe de querer parecer qualquer tipo de constrangimento interno, é um gesto de democracia, transparência, e que permite afastar qualquer narrativa de que a gente tentou dar um golpe em qualquer das agências que sejam. É apenas nesse sentido. Mas, por óbvio, passo a palavra aqui aos conselheiros para que possam fazer comentários sobre esse momento e, se sentirem à vontade para indicar um conselheiro que o represente para uma próxima gestão, será um mero indicativo sinalizador para o governador Cláudio Castro. A quem a gente deve essa satisfação também dos trabalhos da CPI, em que nada teve o objetivo aqui de criar qualquer constrangimento, não apenas para o conselheiro, bem como para o Governo do Estado ou qualquer Secretaria que seja. Ao contrário, é um trabalho integrado com a Comissão, é um trabalho integrado do Legislativo com o Poder Executivo, em última análise.

Então, eu vou passar a palavra para os conselheiros, passar a palavra na ordem ali para o conselheiro Konder, para os conselheiros Charles.

Então, vou passar a palavra para o conselheiro delegado, nosso decano também Fernando Moraes.

O SR. FERNANDO MORAES - Obrigado. Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa. eu cumprimento os demais Deputados, Deputado Tande Vieira, Guilherme Delaroli, nosso Val, Brazão, nosso relator. Cumprimento aqui o presidente da Agenersa, também, Delegado de Polícia também, com quem eu tive a honra de trabalhar, no início da carreira dele. Quero cumprimentar o Deputado Hugo Leal, o meu amigo já de longa data; cumprimentar os outros conselheiros da Agenersa e cumprimentar também os nossos conselheiros da Agetransp.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Muito nos honra, ao Estado do Rio de Janeiro, dois Delegados de Polícia integrarem as respectivas agências.

O SR. FERNANDO MORAES - Obrigado, Presidente.

Presidente, rapidamente, eu não vou me estender. Faço das suas minhas palavras em relação ao presidente Murilo. Nós éramos assessores do Palácio, eu era do Detro, ele assessor do Palácio, e fomos juntos indicados pelo governador para a agência.

Naquele momento, até por ser mais velho, ter um pouquinho mais de experiência de gestão, solicitei ao Murilo, falei: "Murilo, deixe-me ir como presidente, que eu chego lá, organizo a casa". Até pela idade, eu sou bem mais velho do que ele, e pela experiência de gestão. Ele fez questão de ser presidente, eu apoiei. E, junto com outros companheiros, a gente apresentou dezenas de ideias e soluções e projetos. E aquela vontade que a gente tem, quando você chega num lugar, de mudar e de realmente apresentar o serviço.

Eu não quero aqui faltar com a humildade, eu não quero que os senhores me interpretem mal, mas a minha vida pública, graças a Deus, sempre foi muito transparente e acompanhada de sucesso. Foram 10 anos de Divisão de Sequestro, onde a gente acabou com esse crime no Rio de Janeiro.

Depois, três anos de Detro, onde, eu já falei aqui, a gente saiu de trezentos carros apreendidos por mês para mil e duzentos de carros e conseguimos monitorar todo o transporte rodoviário, tanto de ônibus quanto de van, em todo o Estado do Rio de Janeiro, monitoramento. No nosso centro de monitoramento, criado dentro do próprio órgão. Nós éramos autossuficientes em Informática. Eu não dependia do Proderj; o Proderj caía; o nosso sistema continuava de pé. Então, o ônibus cometia uma infração lá em Itaocara, era multado dentro do Detro, pelo nosso acompanhamento de GPS.

Então, assim a gente tem uma história boa, uma história de sucesso e de entrega, de dedicação à causa pública. E, aqui, quando eu me pronunciei, na semana passada, não foi, em momento algum, na intenção de diminuir, de menosprezar ou de me desfazer do conselheiro Murilo Leal, até porque é meu amigo, vem do Palácio a nossa amizade, vai além disso, ultrapassa a pessoa do Murilo Leal, chega ao pai dele, que foi meu colega. Peguei o pai dele, o Délio Leal, foi deputado desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Nosso colega.

O SR. FERNANDO MORAES - Delegado de Polícia. Conheci o Délio Leal ainda Delegado de Polícia, depois Deputado. Muito meu amigo, uma pessoa maravilhosa. Então, até em nome do pai, do Délio Leal, eu jamais iria diminuir, ofender ou querer agredir o presidente e muito menos tirá-lo do cargo, muito menos tirá-lo do cargo. Que fique claro isso.

A minha colocação foi que algumas vezes em que ele falou, para se defender, ele falou do Conselho e a questão não era o Conselho, a questão era a administração. Quando ele fala do Conselho, ele fala dele e de todos os conselheiros. E alguns problemas de gestão não passam pelos conselheiros. A maioria dos problemas de gestão não passam pelos conselheiros. Nós estamos lá, apreciamos cada processo por si e dependemos dos laudos técnicos das câmaras. E essas câmaras, tanto a CATRA quanto a CAPET, têm que ter pessoas especializadas para fornecer esses laudos técnicos.

E a minha surpresa foi quando o presidente citou que nós tínhamos setenta milhões em caixa, que eu nem sabia, que nós tínhamos oitenta e cinco comissionados, porque eu também não sabia, vocês desculpem, eu não sabia. E a gente não ter pessoas técnicas para fazer esses pareceres técnicos e fazerem os processos andarem. Então, nós temos três casos lá em que está sendo buscado a licitação fora, de empresa terceirizada, para fazer laudo técnico. Uma das empresas cobrou seis milhões para fazer laudo em um processo. Seis milhões, eu acho que eu pagava cinco ou dez técnicos para trabalhar na agência e fazer laudo para todos os processos. Foi essa a minha colocação.

Não foi na intenção de ofender, de atingir, de diminuir, de menosprezar o presidente Murilo e muito menos de fazê-lo desistir da presidência. Foi no sentido de estimular e fazer com ele revise essas contratações para que realmente colocassem pessoas técnicas para que os nossos processos pudessem andar e pudéssemos dar as respostas que a sociedade espera e que esta Casa também espera.

Como eu disse aqui, até me levantei em nome, em respeito aos senhores, porque, eu passei por aqui, como o senhor disse, o governador indica lá, mas quem aprova são os senhores aqui. Eu passo por uma sabatina, depois desço para o Plenário para ser votado. Então, eu devo não só respeito ao governador, à sociedade, mas um respeito tremendo aos senhores, enquanto deputados, enquanto defensores da população. Final de contas, é o voto da sociedade que os colocam aqui e temos obrigação de cumprirmos com o nosso dever.

Então, estou falando isso tudo para deixar bem claro que em momento algum tive problema com o Murilo, presidente, nunca tivemos uma discussão. Só teve o desgaste de várias vezes ser cobrado porque eu tenho 180 processos, sou o conselheiro que tem mais processo, até porque sou o mais antigo. Eu tenho 180 processos, 120 parados nos órgãos técnicos. Ou seja, quando chega o dia da audiência, eu não tenho processo para votar; eu fico assistindo e votando nos processos dos outros companheiros. Por quê? Porque me falta o laudo técnico para complementar o meu processo, para me dar embasamento para eu proferir o meu voto. Até quando eu vou ficar assim? Então, é como o senhor falou, a demanda só aumenta, a reclamação só aumenta.

Então, quando me levantei aqui, quero deixar bem claro isso para todos os presentes, os conselheiros da Agenersa, o presidente da Agenersa, que sofre na pele o que a gente sofre, meus companheiros aqui da Agetransp, os senhores deputados desta Casa, todos os presentes aqui, as pessoas que dependem do transporte público, que não foi uma agressão direta à pessoa do Sr. Murilo Leal. Foi só uma reclamação - vamos dizer assim -, eu acho que ele poderia sentar conosco. Toda semana, temos uma, duas reuniões internas do Conselho Diretor, e poderíamos ter dirimido isso lá dentro. Afinal de contas, ele está presidente há cinco anos, como o senhor mesmo disse. O senhor fez até uma alusão aí.

Então, como o senhor disse, ele é presidente há cinco anos. Desde que nós entramos na agência, o presidente é ele. Então, realmente, essa falta de gestão, essa má gestão ou irregular gestão, poderíamos ter dirimido se ele tivesse ouvido um pouquinho talvez a mim e os outros conselheiros.

Então, fica aqui a minha colocação de dizer, como o senhor disse, em nome da própria Alerj, da própria CPI, não houve nenhuma intenção de tirá-lo da presidência, não houve nenhuma intenção de atacá-lo, atacar a pessoa do Sr. Murilo Leal, só de chamar atenção para a falta de gestão pública. Porque, obviamente, quem sofre com isso é a população.

E para terminar, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte, eu, obviamente, sempre quis atingir, em todo lugar em que cheguei - tenho 40 anos de vida pública -, em todo lugar em que cheguei, sempre quis ser o chefe, e sempre quis atingir, como é do desejo de todos, a liderança. Neste caso, eu já abro mão aqui de me candidatar à presidência. Eu acho que seria leviano da minha parte eu vir aqui arguir o que eu arguí e concorrer à presidência. Então, eu não sou candidato a presidente da Agetransp. Não sou! Escolha qualquer um dos três, eu acho que têm competência suficiente para estar sentado à frente da agência, mas eu, não que eu não me sinta competente, só não me sinto à vontade, depois do que aconteceu na semana passada, eu acho que seria leviano da minha parte concorrer. A parecer que eu fiz isso para dar uma rasteira no presidente e não foi essa minha intenção. Então, eu acho que o mínimo que eu posso fazer e ter de decência aqui é abrir mão de qualquer votação em meu nome. Eu não sou candidato à presidência da agência.

Quería encerrar dessa forma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Parabéns pelas palavras mais uma vez, pela coerência, pela decência sempre em suas palavras. Não nos admira Delegado Fernando Moraes, conselheiro da Agetransp.

O SR. BRAZÃO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Pois não, Deputado Brazão. Me perdoe.

O SR. BRAZÃO - Aproveitar um gancho para a ele uma pergunta.

Fernando, quando vocês estão lá em reunião, como você falou 85 comissionados que ele tem direito, vocês não fazem reunião, não sabem a estrutura como é que funciona, para que possa ser distribuído?

O SR. FERNANDO MORAES - A gente sabe, a gente cobra. Na última reunião, por exemplo, eu tenho um documento aqui feito já há um mês e pouco atrás, cobrando do presidente, falando para ele que eu estou com os processos parados na agência. Ele, como presidente encaminhou para o órgão técnico que é a CATRA. O presidente está até aqui, o Édipo, está até aqui. E na última reunião eu perguntei sobre isso. Eu falei: "Vem cá, essa CI que eu encaminhei para o senhor, presidente, reclamando dos processos parados na casa", "Não, já encaminhei para a Catra, a Catra já respondeu". Aí eu falei: "A resposta da Catra para mim não é suficiente, dizer que está sem tempo, que não tem gente suficiente, para mim não é essa resposta para mim é insuficiente, eu quero na prática saber o que vai acontecer, se o senhor vai pegar desses nomeados, vai pegar algum, vai trocar, vai botar técnico, vai botar engenheiro lá para que os processos andem". Porque não são só os meus que estão parados. Então, a resposta da CATRA me foi insuficiente. E na própria reunião, estão os conselheiros aqui de testemunha, eu virei para o presidente da Catar e falei: "O senhor já comunicou ao presidente?" "Não, não, já foi alvo de comunicação ao presidente, ele está ciente". Presidente que eu falo, o Murilo. "Já comuniquei a ele, ele está ciente". E isso se seguir várias vezes, essas comunicações. Essas cobranças não foram feitas aqui, essas cobranças já vêm de longa data.

O SR. VICENTE LOUREIRO - Permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - E desde já deixando a palavra com V. Exa. que seria o próximo.

O SR. VICENTE LOUREIRO - Obrigado.

Deputado, a estrutura de funcionamento da agência são cem cargos de comissão porque a gente não tem funcionário efetivo - acho que tem um ou dois só, de um antigo concurso da ASEP. Então todos são cargos em comissão. Em cada gabinete tem cinco então são 5 x 5 = 25. E os outros 75 distribuídos por toda estrutura da agência. Então esse é um defeito de fabricação que a gente precisa corrigir. E o concurso autorizado pelo governador em boa hora, depois de uma luta grande por causa da recuperação fiscal conseguiu aprovar mediante uma excepcionalidade para que a gente possa ter funcionários efetivos e não fique nessa dependência só de cargos nomeados.

Presidente, tenho a honra de estar aqui, de compartilhar com vocês. Quero me colocar à disposição dessa comissão. Eu acho que temos muito o que tratar. Acho que tem questões que a gente precisa trazer ao conhecimento de V. Exas. sobre as dificuldades, os desafios postos, quais são os entraves, o que que a gente precisa aperfeiçoar da legislação, inclusive.

Para que fique claro, a gente paga um preço, eu disse isso da vez passada, do pioneirismo. O Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro no país a adotar esse modelo de concessões. No final do Governo Marcello Alencar, se não me falha a memória. E instituiu a ASEP, que depois originou essas outras que somos nós aqui, mas com questões que ainda não estavam ainda claras de como seria a nossa vida com esse modelo de concessões, nessa nova perspectiva lá, ano 1997, também se não me falha a memória.

Então, eu diria que mais ou menos, foi um noivado rápido, o Governo licitou lá as concessões, criou rapidamente, casou logo criando as agências, mas o casamento é longo e as coisas não estavam tão bem previstas. Então, nós temos que regular contratos. Eu vou ser... não vou ser indelicado, mas contratos mal elaborados, mal redigidos - de acordo com a conjuntura - e isso é um processo que não tem sido fácil e tem muito desafio a vencer. Desafio institucional da própria agência, não devemos nos furtar, mas da própria legislação